



Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa

Campanha da Justiça Federal alerta para golpes no saque de precatórios

Página 8

Agro de SP bate recorde em 2023 com superávit de US\$ 23,3 bi na balança comercial

Página 2

Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu segunda-feira (8) cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia de covid-19.

Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determi-

nado conforme a capacidade de pagamento do devedor. Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos.

Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difícil recuperação ou irre recuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão. Página 3

Prefeitura abre mais de mil vagas temporárias de trabalho no Carnaval

Já estão abertas as primeiras vagas de emprego temporário do ano no Contrata SP – Carnaval. É possível se candidatar até às 15h dessa sexta-feira (12) para o mutirão de empregabilidade com mais de 1.000 postos de fiscal de atividades urbanas. O processo seletivo ocorrerá na unidade central do Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo nos dias 15 e 16 de janeiro. As inscrições podem ser feitas por meio do portal online do serviço.

As vagas são para todas as regiões da cidade, com período de trabalho dos dias 02 a 18 de fevereiro, em escala a combinar. Os selecionados irão atuar junto às equipes da Prefeitura de São Paulo na fiscalização do comércio ambulante da cidade. Não é necessário que o candidato tenha experiência prévia na função, apenas ter completado o ensino fundamental e, como requisito, possuir aparelho celular, meio que será usado para comunicação com os selecionados e preenchimento de formulários da empresa. A diária é de R\$ 120, mais R\$ 30 de alimentação e vale transporte ida e volta. O pagamento será feito via Pix.

Após o cadastro no Portal Cate, a equipe técnica do Cate faz a triagem para convocação, indicando dia e horário para comparecimento do trabalhador. É necessário ser maior de 18 anos, apresentar RG, CPF, carteira de trabalho (pode ser o modelo digital), comprovante de residência (somente moradores da Capital serão selecionados), título de eleitor, certificado de reservista ou dispensa militar e CPF de filhos menores de 14 anos (se tiver). Caso o candidato esteja dentro do perfil da vaga e com a documentação válida, a aprovação é imediata.

Serviço:
Contrata SP – Carnaval
Inscrições: até 12 de janeiro (sexta-feira), às 15h
Acesse o Portal Cate
Cate Central (avenida Rio Branco, 252)
Perfil:
• Maior de 18 anos
• Sem experiência
• Escolaridade mínima: ensino fundamental completo
• Possuir aparelho celular
• RG
• CPF
• Carteira de trabalho (pode ser o modelo digital)
• Comprovante de residência (somente moradores da Capital serão selecionados)
• Título de eleitor
• Certificado de reservista ou dispensa militar (para homens)
• CPF de filhos menores de 14 anos (se tiver)

Governo deve investir até R\$ 80 bi em ferrovias e rodovias até 2026



Foto: José Cruz/AB

A estreia do piloto campeão sul-americano de Rally Raid, Rodrigo Varela, em parceria com o navegador Enio Bozzano Júnior na edição 2024 do Rally Dakar continua chamando a atenção. Depois de vários incidentes, que os obrigaram a substituir o carro às pressas por um equipamento improvisado, o duo tem mostrado que o espírito de aventura do Dakar tomou conta do Team Brazil, equipe formada por familiares e técnicos nacionais. Nesta quarta-feira (10), Varela e Bozzano terminaram em quarto lugar a especial de 118km entre Al Hofuf e

Shubaytah, na Arábia Saudita, resultado que os alçou novamente à vice-liderança no acumulado da categoria UTV T4. Apesar dos problemas no carro, da falta de peças e equipamentos de apoio, a dupla segue entre as favoritas. “Andamos muito bem hoje. Tivemos muitas dunas, não foi fácil o sobe e desce, a gente precisa forçar pra manter o foco na pilotagem e navegação. Graças a Deus deu tudo certo. E tivemos mais um bom dia”, comentou Rodrigo Varela. “Já cumprimos cinco dos doze dias de corrida. Ainda faltam sete, então tem muita corrida pela frente. Mas estamos

Esporte

Brasileiros retomam vice-liderança no Dakar



Foto: Duda Baitros

bem felizes com o que estamos conseguindo”, completou.

A vitória na especial desta quarta-feira na categoria UTV T4 coube à dupla francesa Xavier de Soultrait/Martin Bonnet (Polaris RZR Pro R). No acumulado dos cinco dias, a liderança é do suíço Jerome de Sadeleer e do francês Michael Metge (Can-Am Maverick XRS Turbo). Com o resultado, Varela e Bozzano reduziram de 19 para cinco minutos a diferença em relação aos primeiros colocados na classificação geral. A equipe brasileira tem apoio de Divino Fôgão, Can-Am, Motul e Quadrijet.

Torneio de Verão de Ciclismo chega a sua 37ª edição



Um dos mais tradicionais eventos do ciclismo nacional, o Torneio de Verão de Ciclismo está confirmado para 2024. A disputa terá sua 37ª edição entre os dias 2 e 4 de fevereiro, com etapas nas cidades de Cananéia e Ilha Comprida, no Litoral Sul Paulista, reunindo atletas de nove categorias - Elite Masculino, Elite Feminino, Feminino Master, Open Júnior Masculino (Juvenil/Júnior Masculino), Master A, Master B e Master C. O

evento contará pontos para o ranking da Federação Paulista de Ciclismo e Confederação Paulista de Ciclismo (CBC), Classe 4, com exceção da categoria Open.

A programação prevê a realização de três etapas em um percurso de 3,1 km, sendo a primeira com largada e chegada no Centro de Cananéia e as outras duas com largada e chegada na Avenida Marginal Candapuí Norte, no Centro de Ilha Comprida. As provas serão realizadas em circuitos planos e, com a classificação para definir o campeão do torneio feita por pontos (não pela soma dos tempos de cada etapa). Isso, sem dúvida, torna as etapas ainda mais atrativas.

As etapas estão assim definidas: 02/02, 8h – 1ª Etapa – Prova de Estrada, em Cananéia; 03/02,

8h – 2ª Etapa – Prova de Critério, em Ilha Comprida; e 04/02, 8h – 3ª etapa – Prova de Resistência, em Ilha Comprida. Mais detalhes sobre as etapas e programação poderão ser obtidos no site oficial, www.lsciclismo.com.br.

As inscrições estão abertas e deverão ser feitas online pelo site <https://www.proximaprova.com.br/evento/Torneio-de-Verao>. O valor das inscrições é de R\$ 180,00, até o dia 10/01/2024, que deverá ser pago e emitido comprovante de acordo com as normas. Após essa data, o valor será de R\$ 230,00, pagamento esse, que poderá ser efetuado no dia 01/02/2024.

Vale lembrar que do valor de cada uma das inscrições, serão subtraídos R\$10,00 (dez reais), que serão multiplicados

pelo número de ciclistas inscritos em cada uma das categorias. O total será revertido aos cinco primeiros colocados da Classificação Geral Final. Fica claro que o montante a ser dividido será independente e diferente em cada uma das categorias, ou seja, as categorias com o maior número de inscritos, terá um maior montante para divisão.

O 37º Torneio de Verão de Ciclismo - 2023 é uma realização da Liga Santista de Ciclismo – LSC, com apoio da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, com a supervisão da Federação Paulista de Ciclismo – FPC e da Confederação Brasileira de Ciclismo – CBC. Mais informações podem ser obtidas no site www.lsciclismo.com.br.

SP levará empresas paulistas para o Festival de Cinema de Berlim

Atendimento para urgências odontológicas acontece em vários locais da rede municipal de saúde

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, tem atendimento de urgência para casos odontológicos em Prontos-Socorros (PSS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Atendimento Médico Ambulatorial (AMAs), algumas com funcionamento 24h, para procedimentos que aliviam dores agudas, drenagem de abscessos, extração de dentes, restauração e dentre outros.

Além disso, casos de urgência também podem ser atendidos por meio das 427 Unidades

Básicas de Saúde (UBSs) que oferecem atendimento odontológico. Ao procurar qualquer unidade de saúde da capital, é importante levar o seu cartão SUS. Caso ainda não possua, levar documento de identidade e comprovante de residência para fazer o cadastro na hora.

São consideradas urgências casos como dores agudas causadas por problemas endodônticos (tratamento de canal), inflamações ou infecções envolvendo dentes do siso, infecções pós-operatórias, abscessos dentais, fratura dental, entre outras.

O Governo de São Paulo levará até 10 empresas paulistas para o 74º Festival Internacional de Cinema de Berlim (Berlinale), um dos maiores eventos do mundo do setor, que acontece de 15 a 25 de fevereiro, na Alemanha.

Será a primeira missão para o festival promovida pelo CreativeSP, programa da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo e da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria

de Desenvolvimento Econômico. Interessados devem se inscrever pelo site da InvestSP até 11 de janeiro.

Os objetivos são: promover a troca de conhecimento entre empresas do setor de economia criativa, incentivar a geração de negócios e atrair investimento estrangeiro para o Estado, com geração de emprego e renda.

Um dos destaques do evento é o European Film Market (EFM), espaço no qual profissionais do setor se reúnem para

negociar. Neste ano, são esperados mais de 11 mil participantes do mundo todo, como produtores, detentores de direitos e investidores.

Focado em setores como tecnologia, inovação, entretenimento, cultura, audiovisual e literatura, o CreativeSP oferece um reembolso máximo de US\$ 3 mil em despesas elegíveis, para custear até 50% dos gastos das empresas com a viagem. Ele ainda promove eventos de networking durante as missões e oferece

ações de consultoria, monitoramento de resultados e acompanhamento pós-evento.

Mais de R\$ 2 bilhões em negócios no setor cultural

Em outubro de 2023, a Secretaria da Cultura e a InvestSP anunciaram a prorrogação do CreativeSP por mais cinco anos. O investimento será de R\$ 33 milhões, com a previsão de um retorno 60 vezes maior, com a geração de R\$ 2 bilhões em negócios no setor cultural paulista.

Agro de SP bate recorde em 2023 com superávit de US\$ 23,3 bilhões na balança comercial

O agronegócio do estado de São Paulo registrou superávit de US\$ 23,3 bilhões em 2023, número 11,8% maior que o registrado em 2022. Esse é o melhor saldo de toda a série histórica. Os dados são do Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

As exportações do setor no ano passado atingiram US\$ 28,39 bilhões, um aumento de 9,3% em relação a 2022. Já as importações em 2023 foram de US\$ 5,05 bilhões.

“São Paulo é o estado com maior valor bruto de produção por hectare do Brasil e com o maior número de culturas diversificadas. Esse ano vai ser um ano difícil, de seca, e nós vamos trabalhar em muitas frentes: crédito, seguro rural, conectividade, irrigação e assistência técnica. Precisamos estar cada vez mais preparados para o futuro. E o agro é o futuro do Brasil e do Estado de São Paulo”, afirma o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai.

O agronegócio representou 40% das exportações do estado de São Paulo em 2023, que

somaram US\$71,03 bilhões – mais de 20% do total nacional. Em relação às importações, o setor foi responsável por 7% do total estadual.

Exportação por grupo de produtos

O líder no ranking das exportações do estado está o complexo sucroalcooleiro, que representou US\$ 10,76 bilhões em transações, sendo 88,2% de açúcar e 11,8% de etanol.

“Os derivados da cana – açúcar e etanol – garantem o primeiro lugar dos embarques mensais. Embora a participação do etanol ainda seja pequena no resultado da balança, o combustível tem se destacado quando o assunto é minimizar o impacto no meio ambiente, foco dos mais importantes eventos internacionais sobre o clima. Estamos atentos a essa importante questão e o objetivo é tornar o Estado de São Paulo referência no uso de energias renováveis e indústria verde. Uma revolução silenciosa está ocorrendo nos campos rurais paulistas, o chamado “pré-sal caipira”, afirma Piai.

Completam os cinco primeiros colocados entre produtos exportados o complexo soja

(US\$ 3,64 bilhões, tendo a soja em grão 82,7% de participação no grupo); setor de carnes (US\$ 3,15 bilhões, em que a carne bovina respondeu por 82,6%); produtos florestais (US\$ 2,70 bilhões, com participações de 51,1% de celulose e 41,1% de papel) e o grupo de sucos (US\$ 2,27 bilhões, dos quais 97,7% referentes a suco de laranja).

O grupo de café, tradicional nas vendas externas paulistas, aparece na oitava posição, com vendas de US\$896,95 milhões (69,0% referentes ao café verde e 24,4% de café solúvel).

Em 2023 na comparação com 2022, houve importantes alterações nos valores exportados dos principais grupos de produtos da pauta paulista. Destacam-se os aumentos para o complexo sucroalcooleiro (+26,8%) e o segmento de sucos (+18,3%).

Principais destinos das exportações paulistas

A China é o principal destino das exportações do estado com US\$7,26 bilhões e detém 25,6% de participação no total do agro paulista. Na segunda posição aparece a União Europeia (US\$3,83 bilhões, 11,9% de participação em 2023, seguido

pelos Estados Unidos (US\$2,81 bilhões, participação de 9,9% e incremento de 9,41% em valores). Completando os 10 principais destinos, em participação, aparecem Índia (3,5%), Indonésia (2,7%), Arábia Saudita (2,4%), Nigéria (2,3%), Argélia (2,2%), Coreia do Sul (2,1%) e Marrocos (2,0%), que representam 65% do total.

Dos três principais parceiros nas vendas externas paulistas, a China importou principalmente produtos do complexo soja (33,4%), carnes (22,3%), setor sucroalcooleiro (18,6%) e produtos florestais (13,5%). A União Europeia predomina o grupo de sucos (33,8%, basicamente de laranja), seguidos do sucroalcooleiro (13,9%) e café (10,8%), enquanto os Estados Unidos (28,4%) são do grupo de sucos, sucroalcooleiro (14,2%), carnes (13,3%), produtos florestais (8,9%) e café (4,5%).

Importações paulistas

Em 2023, os principais produtos de importação do agronegócio paulista foram: papel (US\$394,16 milhões), salmão (US\$380,16 milhões) e trigo (US\$300,08 milhões) e representando 21% do total importado (US\$5,05 bilhões).

Desconto de 3% no IPVA para veículos com placa final 1 termina hoje

O prazo para o pagamento à vista e com desconto de 3% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2024 para os veículos com final de placa 1 termina nesta quinta-feira (11). Essa opção é atrativa, pois apresenta um rendimento maior que o da poupança, por exemplo.

A consulta do valor pode ser feita em toda a rede bancária ou diretamente no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), clicando aqui, mediante o número do Renavam e placa do veículo.

Para aproveitar o desconto, os proprietários devem ficar atentos às datas de vencimento. O calendário de vencimento de acordo com o final de placa dos veículos segue até o dia 24 de janeiro.

Assim como no ano passado, para não gerar confusão nos contribuintes que pagam o imposto de forma parcelada, a Sefaz-SP optou por deixar todos os vencimentos no mesmo dia do mês — a placa 1, por exemplo, tem vencimento em 11 de janeiro, 11 de fevereiro, 11 de março, 11 de abril e 11 de maio. Se o vencimento ocorrer no final de semana ou feriado, o pagamento pode ser feito no próximo dia útil, seguindo a regra geral do processo civil.

Ainda em janeiro é a data para

quem decidir pagar tributo parcelado, devendo recolher a primeira parcela, é possível pagar o imposto em até cinco vezes. Assim, o proprietário de veículo com final de placa 1 que optar pelo pagamento parcelado deve efetuar a quitação da primeira cota também até quinta (11).

Formas de pagamento

A novidade para 2024 é o pagamento via PIX. A Sefaz-SP tornou mais rápido, facilitado e imediato o pagamento do IPVA, permitindo o recolhimento por meio de QR code junto a cerca de 800 instituições financeiras. Esse aumento na rede arrecadadora é o principal benefício do PIX para os cidadãos, especialmente para os “desbancarizados” e para aqueles que não mantêm conta nos grandes e tradicionais bancos, preferindo bancos digitais.

Para utilizar a modalidade, é necessário acessar a página do IPVA no portal da Sefaz-SP, informar os dados do veículo e gerar um QR code, que servirá para o pagamento. O QR Code tem validade de 15 minutos, após o qual expira. Não tendo sido pago, será necessário emitir um novo QR Code (sempre pelo site da Sefaz-SP). Na tela do QR Code, há um contador temporal de “tempo restante” indicando quando o código expirará. Ao ler o QR Code com o aplicativo de banco ou instituição de pagamento,

aparecerá a informação de que o pagamento é destinado à “Secretaria da Fazenda e Planejamento”, sob o CNPJ 46.377.222/0003-90 em conta do Banco do Brasil.

Continuam valendo as demais opções de recolhimento diretamente na rede bancária. Para efetuar o pagamento do IPVA 2024, basta o contribuinte utilizar o número do Renavam (Registro Nacional de Veículo Automotor). É possível efetuar o pagamento pela internet ou débito agendado, nos terminais de autoatendimento ou outros canais oferecidos pela instituição bancária.

Também é possível realizar o pagamento em casas lotéricas e com cartão de crédito, nas empresas credenciadas à Secretaria da Fazenda e Planejamento. As operadoras financeiras conveniadas têm autonomia para definir o número de parcelas e adequar a melhor negociação com o contribuinte.

Os valores pagos ao correspondente bancário são repassados ao Governo do Estado de forma imediata, e sem qualquer desconto ou encargo.

Para mais informações, os proprietários dos veículos podem entrar em contato com a Secretaria pelo canal Fale Conosco, no portal.fazenda.sp.gov.br.

Licenciamento

Os proprietários que desejam

antecipar o licenciamento anual deverão quitar todos os débitos que recaiam sobre o veículo, incluindo o IPVA, a taxa de licenciamento e, se for o caso, multas de trânsito.

Atraso de pagamento

O contribuinte que deixar de recolher o imposto fica sujeito à multa de 0,33% por dia de atraso e juros de mora com base na taxa Selic. Passados 60 dias, o percentual da multa fixa-se em 20% do valor do imposto.

Permanecendo a inadimplência do IPVA, o débito será inscrito na Dívida Ativa, além da inclusão do nome do proprietário no Cadin Estadual, impedindo-o de aproveitar eventual crédito que possua por solicitar a Nota Fiscal Paulista. A partir do momento em que o débito de IPVA estiver inscrito, a Procuradoria Geral do Estado poderá vir a cobrá-lo mediante protesto.

A inadimplência do IPVA impede o novo licenciamento do veículo. Após a data limite fixada pelo Detran para o licenciamento, o veículo poderá vir a ser apreendido, com multa aplicada pela autoridade de trânsito e sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Todas as informações sobre IPVA podem ser consultadas na página do IPVA no portal da Sefaz-SP.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Bancada de vereadores do PT segue preocupada com possível perda de cadeiras nas eleições 2024, ainda que a ex-prefeita Marta (voltando ao PT) - vice de Boulos (PSOL) - recupere votos nas regiões em que há os CEUs da Educação iniciados por ela em 2021

PREFEITURA (São Paulo)

Já que o tema são as ex-prefeitas e os ex-prefeitos, vale lembrar que Kassab tá fechado com a candidatura do Nunes (MDB). Em 2008, ele venceu Marta no 2º turno, ainda pelo PFL - DEM. Em 2011 refundou o PSD e tornou-se dono nacional da legenda ‘cima de ideologias’

ASSEMBLEIA (SP)

É grande a preocupação de deputados e deputadas cristãos com o crescimento dos mercados de apostas - jogos de azar e cassinos - que agora liberados no Brasil. Pra muitos deles e delas, só a Fé nas Éticas Cristãs pra salvar as famílias destes vícios doentios e mortais

GOVERNO (SP)

Com Kassab (dono do PSD) na campanha do prefeito Nunes (MDB) por reeleição - contra a ex-prefeita Marta sendo vice do Boulos (PSOL) à prefeitura paulistana, quanto poder terá o ex-prefeito e dono do PSD num 2º governo Nunes? O PL do Bolsonaro quer saber

CONGRESSO (Brasil)

No ato do “8 janeiro 2023” foram tantos os mesmos discursos, narrativas e retóricas dos alinhados do Poder em qualquer governo [neste caso do Lulismo parte 3], que bastavam 3 bons oradores para fazê-las, pra que todos os presentes aplaudissem e ‘fossem pra galera’

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Não bastasse ao 3º governo Lula (dono do PT) ter fronteiras com países instáveis [Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela], agora é o Equador, que mostra ao mundo o quanto tais países são um alto e iminente risco às Forças Armadas dos vizinhos nas suas regiões Amazônicas

PARTIDOS (Brasil)

Inteligências Espirituais perguntam : quais os Motivos do Único e Verdadeiro DEUS não ter Criado um Partido Único, uma Bancada Majoritária e uma Corte pro seu Filho Jesus? Por qual razão o Governo Eterno do Cristo terá uma sede terrestre e uma Sede Celestial?

JUSTIÇAS (São Paulo)

Eleições municipais 2024 no Estado de São Paulo envolvem cerca de 34,5 milhões de eleitores, sendo cerca de 9 milhões somente na cidade de São Paulo. Isso é mais que muitos dos países em todo o mundo. Daí a importância dos membros do Tribunal Regional Eleitoral

HISTÓRIAS (Brasil)

No dia 25 janeiro 2024 a cidade de São Paulo completa 470 anos. Entre os prefeitos mais marcantes está Jânio Quadros. Foi de vereador (1947) a deputado (ALESP) e de governador à Presidente do Brasil (1961); o menor espaço de tempo da história política (Século 20)

ANO 32

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ter se tornado referência das Liberdades Concedidas por Nosso DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa

Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu segunda-feira (8) cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia de covid-19.

Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determinado conforme a capacidade de pagamento do devedor.

Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos.

Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difícil recuperação ou irrecuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão.

O devedor pode fazer simulações e pedir a adesão ao programa na página Regularize, portal

de serviços eletrônicos oferecido pela PGFN. O próprio sistema avalia a capacidade de pagamento e renegocia o débito, definindo o valor das parcelas e os descontos definitivos.

Limites

Apenas débitos de até R\$ 45 milhões poderão ser refinanciados. O valor das prestações previstas não poderá ser inferior a R\$ 25 para o microempreendedor individual e R\$ 100 para os demais contribuintes.

Os descontos não incidirão sobre o valor principal da dívida, apenas sobre juros, encargos e

multas. A exceção será para os microempreendedores individuais, que poderão ter até 50% de desconto sobre a dívida global (valor principal mais juros, multas e encargos).

As negociações abrangem apenas os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, quando a PGFN passa a cobrar a dívida na Justiça. Os débitos com a Receita Federal são objeto de outra renegociação, aberta na última sexta-feira (5). Dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também estão fora do parcelamento especial. (Agência Brasil)

Tebet garante recursos para pagar pisos salariais da saúde e educação

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na terça-feira (9) que o governo dispõe de recursos este ano para pagamento dos pisos salariais da saúde, educação e investir em políticas habitacionais.

“Iremos cumprir os pisos da educação, da saúde. Teremos muito recurso para infraestrutura, para o programa Minha Casa, Minha Vida”, afirmou em entrevista ao programa A Voz do Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

De acordo com a ministra,

está garantido ainda o pagamento da bolsa a estudantes de baixa renda no ensino médio para permanência na escola.

Simone Tebet destacou ainda que com as mudanças aprovadas no ano passado, como a reforma tributária, está um “pouco mais otimista” em comparação ao mercado financeiro quanto ao crescimento da economia brasileira em 2024. Para a ministra, é possível “apostar que o Brasil vai crescer acima de 2%”, ao contrário do 1,5% estimado pelo mercado. (Agência Brasil)

Governo deve investir até R\$ 80 bi em ferrovias e rodovias até 2026

O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse que a expectativa do governo é investir entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões em ferrovias e rodovias até 2026. Para 2024, a previsão é entregar e iniciar cerca de 60 projetos no segmento rodoviário, além da requalificação de 13 leilões de rodovias, com potencial de injetar R\$ 122 bilhões em investimentos privados. A afirmação foi feita na quarta-feira (10) durante entrevista coletiva para apresentar o balanço das ações da pasta.

“A retomada dos investimentos no Brasil já repercutiu de maneira considerável na melhoria da nossa malha viária, e também permitiu que obras de infraestrutura, que vinham andando muito lentamente no país anteriormente, em razão do baixo volume de investimentos, se aproximassem da necessidade de recursos que o cronograma físico-financeiro das obras exige”, disse. “Com as

condições promovidas pelo arcabouço fiscal, esperamos investir de R\$ 70 bilhões a 80 bilhões em recursos públicos no setor até 2026. Além disso, desenvolvemos uma carteira de projetos atrativos para aproximar ainda mais o setor privado neste ano”, complementou Renan Filho.

Entre as obras listadas estão a restauração de trechos críticos da BR-364/AC, a adequação da BR-135/PI, na divisa com a Bahia, e a duplicação da BR-222/CE, de Caucaia a Pecém. Também está prevista a adequação da travessia urbana de Dourados, na BR-463/MS, a construção da BR-447/ES, que dá acesso ao Porto de Capuaba, e a duplicação da BR-470/SC, que dá acesso aos portos catarinenses.

O ministro disse ainda que o governo pretende atingir um índice de condição da malha rodoviária de 80% até o final de 2024. Atualmente o índice está em 67%. “De-

mos um salto de 15 pontos percentuais em um ambiente que vinha tendo queda de 2016 a 2022. Essa é a demonstração de que o investimento que fizemos foi bastante relevante, e nossa meta é avançar ainda mais, em 80% da malha boa, atingindo o melhor nível de toda a série histórica”, destacou.

“Para este ano, o Ministério dos Transportes tem a possibilidade de otimizar 14 contratos rodoviários, que podem gerar um investimento adicional de R\$ 110 bilhões em investimentos. Essa é uma solução inovadora que significa fortalecer os investimentos, equilibrar os contratos, dar condições ao setor privado para fazer o que tinha pactuado, somando esforços com o aumento do investimento público”, defendeu Renan Filho.

Ao apresentar o balanço, o ministro destacou que, no ano passado, a pasta executou R\$ 14,5 bilhões que foram utilizados,

entre outros projetos, na recuperação, pavimentação e duplicação de cerca de 4,6 mil quilômetros de rodovias federais. Ele também disse que mais de 1,1 mil contratos em rodovias foram retomados. Outros destaques do ano foram dois leilões rodoviários e R\$ 30,4 bilhões em investimentos e serviços operacionais nos 19 trechos de estradas que compõem os sistemas rodoviários.

Em relação aos projetos ferroviários, o ministro disse que o governo pretende que, até 2026, os investimentos no segmento somem R\$ 94,2 bilhões, de acordo com o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre os projetos, estão os estudos para concessões: Malha Oeste; Corredor Arco-Norte (Ferrogrão); Ferrovia Centro-Atlântica; Malha Sul; Corredor Leste-Oeste; Estrada de Ferro Rio-Vitória (EF-118) Corredor Nordeste (FTL). (Agência Brasil)

Projeção da safra de grãos 2023/24 cai para 306,4 milhões de toneladas

As condições climáticas instáveis do país levaram a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a reduzir novamente a estimativa para a safra de grãos de 2023/24. A produção brasileira deve chegar a 306,4 milhões de toneladas, queda de 13,5 milhões de toneladas em relação à safra passada (2022/23), quando chegou a 319,9 milhões de toneladas.

Na quarta-feira (10), o órgão divulgou o quarto levantamento para o ciclo atual. “As condições climáticas instáveis, com chuvas escassas e mal distribuídas aliadas a altas temperaturas na região central do país, além de precipitações volumosas na região Sul, provocaram e ainda persistem no atraso do plantio da safra, além de influenciarem de maneira negativa no potencial produtivo das lavouras”, explicou a Conab.

De acordo com o órgão, esta safra vem tendo características complexas para a estimativa de área, produtividade e produção, já que os problemas climáticos geram incertezas e prejudicam a tomada de decisão pelos produtores.

Principal cultura cultivada no país, a soja deve apresentar uma produção de 155,3 milhões de toneladas. A estimativa é menor do que a do último levantamento, de 160,2 milhões de toneladas, mas ainda superior ao registrado na safra 2022/23 (154,6 milhões de toneladas). “Chuvas mal distribuídas e temperaturas elevadas influenciaram de maneira negativa tanto no plantio como no desenvolvimento das lavouras. As condições climáticas também foram determinantes para alguns produtores migrarem para outras culturas, contribuindo para a redução da área em relação ao levantamento divulgado em dezembro”, justificou a Conab.

No caso do milho, a produção total está estimada em 117,6 milhões de toneladas, redução de 10,9% em relação ao ciclo anterior. A queda é reflexo de uma menor área plantada e de uma piora na expectativa de rendimento das lavouras.

“A primeira safra do cereal, que representa 20,7% da produção, vem passando por situações adversas como elevadas precipitações nos estados do Sul, baixas pluviosidades acompanhadas pelas altas temperaturas no Centro-Oeste”, explicou a companhia. Para a segunda safra, além de avaliar os custos, as decisões dos produtores dependem de fatores climáticos, de disponibilidade de janela para o plantio e dos preços de mercado.

Já o arroz tem uma estimativa de produção de 10,8 milhões de toneladas, 7,2% a mais que a última safra. Segundo o boletim, os preços do grão foram incentivos para o aumento de área em alguns estados produtores. Por outro lado, o atraso no plantio, o volume excessivo de chuvas ou de períodos de veranicos que ocorreram em regiões diversas, além das dificuldades nos tratamentos culturais, são condições desfavoráveis para a produtividade.

Para o feijão, é esperada uma estabilidade na produção, quando se compara com a safra passada, chegando a uma colheita de 3,03 milhões de toneladas. Entretanto, a Conab alerta que a primeira safra da leguminosa caminha para a conclusão e vem apresentando alterações negativas, devido à instabilidade do clima. Já para o algodão, é espera-

do um crescimento de 6,2% na área cultivada. Com o plantio se aproximando a 32% no país, a área estimada em cerca de 1,77 milhão de hectares poderá variar, já que parte dela que deveria ser replantada com soja em Mato Grosso poderá ser utilizada com o plantio da fibra. Atualmente a projeção é de uma colheita de 3,1 milhões de toneladas de pluma.

Com a colheita encerrada, o trigo registra uma produção de 8,1 milhões de toneladas. Segundo a Conab, até o início da fase reprodutiva, as condições climáticas vinham beneficiando a cultura, com perspectivas de uma safra recorde semelhante à de 2022. Mas, a partir de setembro, teve início um período com chuvas excessivas que persistiu até a colheita, situação que causou perdas na produtividade.

Sobre o mercado das commodities brasileiras, a redução na estimativa da produção de soja deverá implicar também uma menor exportação da oleaginosa em grãos neste ano. Além disso, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou o aumento de biodiesel do diesel, de 12% para 14% [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/percentual-de-biodiesel-no-diesel-subir-para-14-em-marco-de-2024], o que, para a companhia, indica que haverá um incremento na demanda interna de óleo de soja.

Para o arroz, estima-se uma manutenção do consumo nacional em 10,3 milhões de toneladas. “A recuperação produtiva e a menor oferta de importantes países exportadores, possivelmente, resultarão em um aumento para 2 milhões de toneladas no volume exportado pelo Brasil. Projeta-se uma manutenção do volume importado em 1,5 milhão, em razão ainda da necessidade de recomposição da oferta nacional”, explicou a Conab, lembrando que a estimativa é de aumento da produção do grão.

Os estoques de arroz devem ficar próximos da estabilidade, estimados em 1,7 milhão de toneladas.

Já a estimativa de menor produção de milho para a safra 2023/24, somada à maior oferta disponível no mercado internacional (em meio à boa safra norte-americana), deverá reduzir o volume de exportações brasileiras do grão em 2024. Ainda assim, o Brasil deve continuar a ser o maior exportador de milho do mundo.

Para o trigo, apesar do bom volume colhido, em razão dos problemas climáticos houve perda da qualidade e será necessário importar mais trigo, passando de 6 milhões para 6,2 milhões de toneladas compradas do exterior. Com as alterações, a estimativa da Conab é encerrar a safra 2023/24 com estoque de passagem de 393,6 mil toneladas.

No caso do algodão, o boletim destaca que a melhora que vem ocorrendo no desempenho da economia nacional tende impulsionar o consumo interno da pluma em 2024, que deve ficar em torno de 730 mil toneladas. Como as exportações apresentam um crescimento e devem atingir 2,5 milhões de toneladas, o estoque final de algodão deverá cair para 2,04 milhões de toneladas.

Os boletins das safras brasileiras estão disponíveis no site da Conab. (Agência Brasil)

Governo vai nacionalizar produção de biocombustíveis

O governo federal atualizará as regras do Selo Biocombustível Social, de forma a garantir que metade das compras desse produto tenha como origem a agricultura familiar. Entre as mudanças está a de nacionalizar a produção, em especial para os estados das Regiões Norte e Nordeste, incluindo também áreas do semiárido, como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

A reestruturação do selo será publicada em decreto presidencial, após a versão final do texto a ser apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), o novo texto traz mais transparência e fortalece os requisitos necessários à concessão e manutenção do instrumento pelos produtores do biocombustível, bem como aproveitar a vocação das agriculturas locais, “melhorando a renda e a qualidade de vida do agricultor familiar em regiões vulneráveis.”

Entre as medidas de estímulo à produção nacional está a ante-

cipação da mistura de biodiesel aos combustíveis fósseis para 14% a partir de abril, e 15% entre 2025 e 2026. A expectativa é chegar a 25%, nos anos subsequentes, informou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na quarta-feira (10), em evento no qual apresentou alguns detalhes do decreto.

Com o aumento para 14% na mistura, o ministério projeta um crescimento de 3,05 milhões de toneladas no processamento de soja para a produção de biodiesel, o que refletirá diretamente na demanda para pequenos agricultores. Também estão previstos incentivos fiscais a quem produzir biocombustível.

Além de reestruturar o Selo Biocombustível Social, o decreto viabilizará investimentos para o agronegócio e setor de combustíveis brasileiro. “Em 2024 serão 740 milhões, e em 2025, R\$ 1,6 bilhão”, disse o ministro.

Diversificação

Também presente no evento, o ministro do Desenvolvimento

Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, disse que entre os desafios previstos pelo governo, está o de diversificar os produtos que podem ser usados para a obtenção de biodiesel, combustível que pode ser derivado de sementes de mamona, bem como de milho, soja, girassol, cana e babaçu. O leque de opções pode incluir, por exemplo, a macaúba, palmeira abundante na Região Nordeste.

A diretora de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do MDA, Vivian Libório de Almeida, disse que o percentual de compras nas Regiões Norte, Nordeste e no Semiárido aumentará de forma escalonada até chegar a 20% do total.

“Atualmente, o programa atende 54 mil famílias por ano. A expectativa é ampliar para 70 mil famílias, principalmente no Norte, Nordeste e semiárido”, disse.

Segundo Paulo Teixeira, “o presidente Lula tem, neste tema, uma de suas predileções”. O governo estuda também formas de baratear o custo da energia utili-

zada para irrigar as lavouras. “A energia fotovoltaica pode reduzir o preço da energia. Precisamos pensar em modicidade tarifária”, complementou.

Aliança

Presidente da Cooperativa dos Agricultores Familiares e dos Empreendimentos Solidários e diretor da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Antônio Cardoso, disse que o Selo representa uma aliança entre agricultura familiar, cooperativas, empreendedores, economia solidária, governo e indústria nacional.

“O Selo desconstrói inseguranças jurídicas e redefine o mapa da indústria, uma vez que representa grande oportunidade de levarmos agricultura familiar ao Nordeste, ao Norte e ao Semiárido. O fortalecimento da indústria nacional vai diminuir a necessidade de importação. Nesse contexto, a neoindustrialização passa pelo entendimento do papel da agricultura familiar”, explicou. (Agência Brasil)

Produção de veículos cai 1,9% em 2023, diz Anfavea

A produção de veículos caiu 1,9% em 2023 e chegou a 2,36 milhões de unidades. No ano anterior, em 2022, foram produzidas 2,32 milhões de unidades.

No mês de dezembro de 2023, a produção foi de 171,6 mil, 15,3% a menos do que em novembro do mesmo ano (202,7 mil) e 10,4% a menos do que em dezembro de 2022 (191,6 mil).

A produção de automóveis comerciais leves foi de 2,2 milhões de unidades em 2023, alta de 1,3% em relação a 2022.

Segundo os dados divulgados na quarta-feira (10) pela Associação Nacional de Fabrican-

tes de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas de veículos novos tiveram alta de 9,7% em 2023, com 2,3 milhões de unidades emplacadas contra as 2,1 milhões em 2022.

Em dezembro as unidades vendidas chegaram a 248,6 mil, o que representa aumento de 14,6% na comparação com dezembro de 2022 (216,9 mil) e de 16,9% ante novembro de 2023 (212,6 mil).

As exportações tiveram queda de 16% no ano passado, com 403,9 mil unidades comercializadas no mercado externo. No mesmo período de 2022 esse

número foi de 480,9 mil. A queda ocorreu devido à diminuição de vendas em países como Argentina (-16%), Chile (-57%) e Colômbia (-53%).

Perspectiva

Para 2024, a Anfavea estima que haverá alta nas vendas (6,1%, com 2,45 milhões de unidades), na produção (6,2%, com 2,47 milhões de unidades) e nas exportações (0,7% nas exportações, com 407 mil unidades).

Segundo o presidente da entidade, Márcio de Lima Leite, há motivos para acreditar em um ano positivo para o se-

Lembre sempre de lavar as mãos

Lula estuda apoio do Brasil à denúncia da África do Sul contra Israel

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente
Conheça seus Direitos

Cerceamento da Liberdade de Pensamento e Conduta

Nicholas Maciel Merlone

Escrevo este artigo como sugestão de um amigo. *Bora!*? Vivemos num Estado Democrático de Direito. Ou seja, um Estado com regime de governo democrático, balizado por leis que limitam a atuação dos governantes. A democracia pressupõe o governo do povo, a valorização da liberdade e da igualdade, bem como a vontade da maioria, respeitados os anseios das minorias.

Vamos tratar aqui, em poucas palavras, sobre a liberdade de pensamento e conduta, verdadeiros corolários da democracia. Para que um Estado possa ser realmente considerado democrático, é necessário que tenha efetivamente incorporado à sua estrutura e a seus mecanismos, enfim, em suas instituições, o valor maior cristalizado da liberdade. *Avante!*

A liberdade, por sua vez, se reparte em liberdade de pensamento, de expressão, de imprensa, de reunião, política, filosófica, religiosa e ainda, artística, intelectual e científica, todos esses direitos previstos em nossa Constituição da República.

Pois bem! Com efeito, todos esses aspectos, esses direitos e valores devem ser respeitados, exercidos e garantidos em um Estado que pretenda genuinamente se considerar democrático. Somos ou não, afinal um Estado democrático?, pode-se perguntar.

Na medida em que se restringe a liberdade, exceto em casos excepcionais, estamos atacando o cerne do Estado democrático. Portanto, devemos lutar para que todos possam se manifestar livremente e sem censura, caso contrário, como dito, corremos o risco de minar o Estado democrático de direito.

Por sua vez, John Milton (1608 – 1674), pensador inglês, já dizia que a imprensa é a luz da liberdade. Assim, a imprensa deve ser livre, independente e autônoma. Deve evitar vieses e buscar a imparcialidade, embora esta seja difícil de se obter, devido a valores e experiências incorporadas à personalidade dos profissionais da mídia. Além disso, e não menos importante, deve retratar os fatos como realmente são.

Finalmente, a liberdade deve ser protegida e não esquecida jamais, já que fruto de árduas conquistas ao longo da história. A liberdade em todas as suas formas, como acima exposto, é um valor maior, supremo e, por isso, tão importante para o convívio harmônico, tolerante e respeitoso em uma sociedade, em que todos tenham voz, independente de sua posição política, crenças religiosas e filosóficas. Temos uma forte polarização política, atualmente, não só em nosso país, mas também em outros pelo mundo. Nestes momentos, lembro de Norberto Bobbio, que demonstrou os pontos positivos do liberalismo aos socialistas e aos liberais os pontos positivos do socialismo. Fato que passamos por tempos conturbados, porém não podemos perder a fé e a esperança, precisamos ser racionais e ter bom senso e seguir caminhando sempre em frente!

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone /
Contato: nicholas.merlone@gmail.com



ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DO ENSINO TÉCNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SEMET – CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 19 DE JANEIRO DE 2024, EM 1ª CHAMADA ÀS 10H00 E EM 2ª CHAMADA ÀS 11H00, NA SEDE DO SINDICATO SITUADA NA RUA SETE DE ABRIL, Nº 140, SALA 31-A, REPÚBLICA, EM SÃO PAULO, CAPITAL, NOS TERMOS DO ESTATUTO REGENTE, SENDO CONVOCADOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 3 DIAS POR MEIO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO. **PARA DELIBERAREM QUANTO A:** 1) PRESTAÇÃO DE CONTAS PERÍODO 2023; 2) PROPOSTA DE PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SINDICATO; 3) OUTROS ASSUNTOS. SÃO PAULO, 09 DE JANEIRO DE 2024. LUIZ FELIPE DE ARAUJO LIMA, PRESIDENTE.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SEMEF – CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 19 DE JANEIRO DE 2024, EM 1ª CHAMADA ÀS 10H00 E EM 2ª CHAMADA ÀS 11H00, NA SEDE DO SINDICATO SITUADA NA RUA SETE DE ABRIL, Nº 140, SALA 31-A, REPÚBLICA, EM SÃO PAULO, CAPITAL, NOS TERMOS DO ESTATUTO REGENTE, SENDO CONVOCADOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 3 DIAS POR MEIO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO. **PARA DELIBERAREM QUANTO A:** 1) PRESTAÇÃO DE CONTAS PERÍODO 2023; 2) PROPOSTA DE PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SINDICATO; 3) OUTROS ASSUNTOS. SÃO PAULO, 09 DE JANEIRO DE 2024. PAULO ANTONIO RUSSO, PRESIDENTE.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **SIMONE APARECIDA BACARIM**, brasileira, solteira, maior, servidora pública estadual, RG nº 25.946.656-6-SSP/SP, CPF nº 188.018.858-90, domiciliada nesta Capital, residente na Avenida Anselmo Barcelos, nº 676, apartamento nº 42, fica intimada a purgar a mora referente a 23 (vinte e três) prestações em atraso, vencidas de 09/03/2022 a 09/12/2023, no valor de R\$12.742,23 (doze mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos), e respectivos encargos atualizados na data de hoje no valor de R\$12.923,83 (doze mil novecentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos), que atualizado até 11/02/2024, perfaz o valor de R\$16.042,65 (dezesseis mil e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Giacomo Cozzarelli, nº 250, apartamento nº 62, Tipo A2, localizado no 6º pavimento do Edifício Palmeiras, Bloco B do Condomínio Morada das Árvores, integrante do Conjunto Habitacional Sacomá A Lote 01, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 2 na matrícula nº 185.508. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de janeiro de 2024. O Oficial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda dar o apoio do Brasil à denúncia apresentada pela África do Sul contra Israel em 29 de dezembro de 2023, na Corte Internacional de Justiça (CIJ). O país africano acusa Israel de praticar um genocídio contra o povo palestino na Faixa de Gaza.

A informação é do embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, que esteve reunido com Lula na quarta-feira (10), no Palácio do Planalto, e pediu o apoio de Lula à iniciativa sul-africana. Desde o início do recente conflito, em 7 de outubro de 2023, os ataques de Israel ao enclave palestino deixaram mais de 22 mil mortos, a maioria mulheres e crianças.

Segundo o embaixador palestino, independentemente do apoio público à ação, a posição do Brasil "está clara, de condenar qualquer tipo de genocídio contra qualquer ser humano".

Por mais de uma vez, o presidente Lula comparou a guerra em Gaza a um genocídio e disse que a ação do grupo palestino Hamas contra Israel não justifica que o país mate inocentes. O presidente chegou a afirmar que é "insanidade" do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, querer acabar com a Faixa de Gaza.

Tribunal

A Corte Internacional de Justiça é composta de 15 juízes, cada um de um país diferente, e é o principal órgão judicial da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo responsável pela solução de disputas entre os estados. Os juízes eleitos cumprem mandatos de 9 anos. Até feverei-

ro de 2027, o Brasil é representado na CIJ pelo jurista Leonardo Nemer Caldeira Brant.

Apesar do peso político, as decisões da corte são, por vezes, ignoradas. Em março de 2022, o tribunal ordenou que a Rússia suspendesse imediatamente a sua campanha militar na Ucrânia, o que não aconteceu.

A África do Sul pediu à CIJ medidas cautelares para pôr fim à campanha militar de Israel em Gaza. As audiências para discutir a denúncia com representantes do país africano e de Israel estão marcadas para esta quinta-feira (11) e sexta-feira (12).

A expectativa do embaixador Alzeben é que a ação seja capaz de interromper os ataques israelenses. "A pior gestão é aquela que não se faz. Nós apoiamos esta iniciativa porque somos nós quem pagamos o maior preço. O genocídio tem que parar de toda maneira e com o apoio da comunidade internacional. Chega, são 95 dias de genocídio, de bombardeios, a Faixa de Gaza praticamente ficou invivível", disse.

Diplomacia

Esta é a segunda vez que Lula se encontra com Alzeben. A primeira foi em cerimônia, em novembro de 2023, no Palácio do Itamaraty, quando Lula condecorou o embaixador, entre outras autoridades, com a Ordem do Rio Branco, a mais alta condecoração da diplomacia brasileira.

O presidente brasileiro também já conversou, por telefone, com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, e esteve com ele em reunião bilateral em setembro do ano passado, em Nova York. Pelo lado de Isra-

el, Lula teve dois telefonemas com o presidente do país, Isaac Herzog, e se encontrou pessoalmente com o líder à margem da conferência do clima, em Dubai, em dezembro.

A diplomacia brasileira atua em diversas instâncias internacionais e dialoga com países envolvidos em busca de uma solução para o conflito na Faixa de Gaza. O Brasil defende uma solução de dois estados, com um Estado Palestino economicamente viável convivendo lado a lado com Israel, "em paz e segurança", dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

"Expressamos nossa gratidão ao Brasil, ao senhor presidente, pela posição de apoio à solução de dois estados, pelo fim do conflito, da agressão e do genocídio contra o povo palestino em Gaza", manifestou o embaixador da Palestina no Brasil. "Coincidimos em vários pontos em que a paz é a única solução para o conflito e a criação do Estado da Palestina é um imperativo, que tem que ser criado e respeitados baseado no direito internacional e no direito internacional humanitário", acrescentou Alzeben.

Campanha

A Federação de Palestinos no Brasil também está fazendo campanha para Lula apoiar a ação na CIJ. Nesta terça-feira, em publicação nas redes sociais, a entidade apresentou números do conflito. "O Brasil pode e deve apoiar publicamente a petição da África do Sul", diz o texto.

"O genocídio está caracterizado pelos números de mortes, feridos e destruição. Já são mais

de 30 mil os assassinados, considerando os desaparecidos sob os escombros, ou 1,35% da população de Gaza. Os feridos, quase 63 mil, ou perto de 3% da população palestina de Gaza", citou a federação.

Segundo a entidade, já são mais de 14 mil crianças e quase 8 mil mulheres mortas. "Ao todo, crianças, mulheres e idosos perfazem 76% dos mortos neste genocídio. Quase todos os assassinados por 'israel' são civis. Na Segunda Guerra Mundial, dos 11 milhões de alemães mortos, apenas 5,5% eram civis", lembrou.

Na América do Sul, a Bolívia já manifestou apoio público à denúncia apresentada pela África do Sul contra Israel. O governo boliviano reivindica que a ação da África do Sul deveria ser acompanhada por toda comunidade internacional.

Israel

O governo de Israel nega as acusações de genocídio e chama a ação na Corte Internacional de "infundada". Em comunicado sobre a denúncia da África do Sul, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel culpou o Hamas pelo sofrimento dos palestinos na Faixa de Gaza por supostamente usar civis como escudos humanos, o que o grupo palestino que controla Gaza nega.

"Israel deixou claro que os residentes da Faixa de Gaza não são o inimigo e está a fazer todos os esforços para limitar os danos aos não envolvidos e para permitir a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza", destacou em nota. (Agência Brasil)

Plataforma Não Me Perturbe fecha 2023 com 12 milhões de cadastros

Mecanismo que permite o bloqueio de chamadas não desejadas de empresas, a plataforma Não Me Perturbe fechou 2023 com 12 milhões de números de telefone cadastrados. Isso representa crescimento de 974.902 de números em relação a 2022.

Segundo a Conexis Brasil Digital, que reúne as empresas de telecomunicações e de conectividade, o número de cadastros equivale a 4,3% da base de 280,5 milhões de telefones fixos e móveis existentes no Brasil.

Em operação desde julho de

2019, a plataforma permite que as pessoas bloqueiem chamadas de telemarketing vindas de empresas de telecomunicações e de oferta de crédito consignado. O mecanismo, no entanto, não bloqueia ligações, por exemplo, de planos de saúde ou de redes varejistas.

Quem quiser bloquear seus números de celular e telefone fixo para não receber ligações de telemarketing desses dois setores (telecomunicações e crédito consignado) deve fazer o cadastro diretamente no site Não Me Per-

turbe ou por meio dos Procons em todo o país. O bloqueio ocorre em até 30 dias após o cadastro no site.

A maior parte dos números bloqueados está no estado de São Paulo, com 5,52 milhões de números registrados. São Paulo também concentra a maior base de clientes do país, com 85 milhões de celulares e de telefones fixos. O Distrito Federal tem a maior proporção de telefones cadastrados na plataforma, com 8,2% da base de telefones fixos e móveis do DF.

Em operação desde julho de 2019, a plataforma Não Me Perturbe faz parte das medidas de autorregulação do setor para melhorar a relação com os consumidores. Desde então, o número de cadastros cresceu ano a ano, mas só superou a marca de 10 milhões em 2022. Em outubro do ano passado, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o volume de queixas caiu 15,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. (Agência Brasil)

Mundo tem de fazer transição energética, dizem especialistas

O mundo terá que fazer a transição energética para uma economia de baixo carbono para evitar os desastres climáticos provocados pelo aquecimento global, dizem especialistas ouvidos pela Agência Brasil. Na terça-feira (9), o Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, da União Europeia, confirmou que o ano passado foi o mais quente registrado no planeta e provavelmente o mais quente do mundo nos últimos 100 mil anos.

Em média, em 2023, o planeta esteve 1,48º grau Celsius mais quente que no período pré-industrial de 1850-1900, quando os homens começaram a queimar combustíveis fósseis em escala industrial, emitindo dióxido de carbono para a atmosfera. Os países acertaram, no Acordo de Paris de 2015, em tentar impedir que o aquecimento global ultrapasse 1,5ºC par evitar consequências mais graves. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o ano de 2023 no Brasil é o mais quente da série histórica, com a média das temperaturas do ano ficando em 24,92ºC, sendo 0,69ºC acima

da média histórica de 1991/2020, que é 24,23ºC.

Claudio Angelo, coordenador de Comunicação e Política Climática do Observatório do Clima, pondera que o mundo precisa ter um plano de ação imediato para fazer a transição energética com os países ricos abandonando os combustíveis fósseis e depois os países em desenvolvimento.

"Do ponto de vista de mitigação, o mundo inteiro, mas principalmente os grandes produtores de petróleo, isso inclui o Brasil, precisa seguir o que foi definido em Dubai [COP-28] de fazer a transição para longe dos combustíveis fósseis. O declínio das emissões globais precisa ser radical, mais drástico do que qualquer coisa que a gente tenha visto na história da humanidade", disse Angelo.

Segundo o ambientalista, depois que o El Niño (aquecimento acima da média das águas do Oceano Pacífico Equatorial) for embora, a temperatura deve cair um pouco.

"Só que esse 1,5ºC vai voltar para assombrar a gente e quando atingir novamente esse limite

vai ser praticamente para sempre. No final dessa década, se nada for feito para cortar radicalmente as emissões de gases do efeito estufa, especialmente de queima de combustíveis fósseis e de desmatamento, a gente vai ter uma ultrapassagem permanente desse limite e aí que mora o perigo."

Claudio Angelo sustenta que essa ultrapassagem do 1,5ºC vai significar muitas mortes e muito prejuízo material e lembra que o Brasil é uma região especialmente vulnerável. "A gente teve nove ondas de calor, gente morando por causa de sensação térmica de 60ºC no Rio de Janeiro, a gente já tem todo problema de deslizamento e alagamento que ocorre especialmente no verão, em grandes cidades onde tem muita gente morando em áreas de risco. A tendência é que isso acabe colocando mais pressão ainda sobre os sistemas públicos de saúde, de segurança, moradia, defesa civil. Aumenta a urgência do Brasil fazer um plano de adaptação para alertar a população cada vez mais precocemente sobre even-

tos meteorológicos extremos. O Brasil precisa tirar as pessoas das áreas de risco."

A especialista sênior do Instituto Talanoa, Branca Americana, pondera que os países e as empresas têm que cortar o mal pela raiz pois a maior parte do que causa o efeito estufa é a queima de combustíveis fósseis.

"O mundo tem que fazer a transição energética. Nós, aqui no Brasil, pelo menos nossa eletricidade vem de fontes renováveis principalmente, mas tem países que precisam fazer uma mudança radical na forma de produzir e consumir. No Brasil, a principal fonte dos gases do efeito estufa vem do desmatamento. Nossa primeira tarefa é acabar com o desmatamento e fazer a transformação para a agricultura de baixo carbono", disse Branca.

Ela destaca que outro componente urgente é a adaptação. "A gente vai ter que enfrentar os eventos extremos como as enchurradas e secas. A gente vai ter que aprender a planejar e a viver um cotidiano levando em consideração a mudança do clima." (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 28ª EMISSÃO EM 3 SÉRIES DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA"), LASTREADOS EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS CEDIDOS PELO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ABERTO BLUE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 28ª Emissão em 3 Séries da Emissora ("Titulares de CRA", e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 28ª Emissão em 3 Séries da Emissora, e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da TraveSSIA SECURITIZADORA S.A., celebrado em 29 de maio de 2023 ("Termo de Securitização", e "Companhia", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 06 de fevereiro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovar ou ratificar, a redução de lastro dos CRI, mediante a relação dos Créditos Imobiliários representados pelas CCI que serão apresentados pela Cedente aos Titulares de CRA, na data de instalação da Assembleia, em razão do atingimento do Montante Mínimo de colocação e, portanto, a Distribuição Parcial dos CRI; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, avaliar o adiantamento aos Devedores da Oferta com o respectivo Contrato de Cessão e a Cláusula de Rescisão; (iii) Aprovar ou não a alteração do Montante Mínimo e Distribuição Parcial; (iv) 2.7 e 4.3.3 do Termo de Securitização, devendo a redução mencionada dos Créditos Imobiliários representados pelas CCI atenderem os Critérios de Elegibilidade e permanecerem vinculados aos CRI; pois são lastro dos CRI; e (iii) A autorização ou não da Instrução de voto, em conjunto com o Agente Fideiúctário, para a realização de todos os atos e celebração de todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, inclusive a contratação de assessoria legal, com a definição se referida contratação se dará por parte da Cedente ou a cargo do Patrimônio Separado dos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Titulares dos CRI, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente na não deliberação ou não aprovação a respeito de qualquer outra matéria constante na Ordem do Dia. A Assembleia aqui realizada exclusivamente por meio de plataforma online e por meio de plataforma de acesso eletrônico, e a possibilidade de realização de forma presencial, sendo certo que o link de acesso a reunião será disponibilizado por **correio eletrônico** aos Titulares de CRA, previamente à realização da Assembleia, àquelas que **enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, operacoes@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com, af.assembleias@oliveiratrust.com.br**, com **até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRA deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fideiúctário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fideiúctário possam identificar e permitir o acesso e participação na reunião. A Assembleia deverá ser integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRA presentes poderá ser realizado pelo mesa e secretário da Assembleia, e os representantes da Emissora serão realizados por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via *DocuSign* ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Titulares de CRA presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via *DocuSign* ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fideiúctário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e **outorgada há menos de 1 (um) ano**, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e **outorgada há menos de 1 (um) ano**, acompanhada do documento de identidade do procurador. Nos termos do artigo 26, §3º e do 29, inciso (ii) da Resolução CVM 60, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, será também admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, preferencialmente, nesse caso, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia ("Instrução de Voto à Distância"). Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do endereço eletrônico do Titular de CRA, se for pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura no final da Instrução de Voto à Distância do Titular de CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser rubricada e assinada, sendo aceita a assinatura através de plataforma digital, podendo ser encaminhada até o horário de início da Assembleia, juntamente com os documentos listados no item "i" acima, aos cuidados da Companhia, por **correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, operacoes@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com, af.assembleias@oliveiratrust.com.br**, com **até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**. Caso o Titular de CRA participe da Assembleia por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto à Distância, este poderá manifestar seu voto durante a Assembleia por meio de Instrução de Voto à Distância desconectado. O modelo de instrução de voto para preenchimento e envio pelos Titulares de CRA, bem como a cópia do Termo de Securitização estão disponíveis para consulta, na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.grupotravessia.com>) e do Agente Fideiúctário. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital.

São Paulo, 09 de janeiro de 2024.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Vinicius Basile Steiva Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 50ª EMISSÃO EM SÉRIE ÚNICA DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 50ª Emissão em Série Única da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivitiba, 207 - 16º andar, conjunto 162, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com domicílio comercial na Rua Joaquim Floriano, 1.052, 13º andar, CEP 04.534-004, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fideiúctário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 30 de janeiro de 2024 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.2.3, do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Emissão, celebrado em 18 de março de 2022, respectivamente aditado ("Termo de Securitização"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração do período do exercício fiscal nos documentos da operação, que passará a iniciar em 1º de abril se encerrando em 31 de março do ano calendário seguinte, e não mais em 1º de janeiro encerrando em 31 de dezembro, com a consequente modificação da cláusula 6.1.2, itens (xx) e (xxii) e 8.1, item (i), alínea (b), da Escritura de Emissão de Debêntures, celebrada em 18 de março de 2022, que passará a vigor nos termos da redação prevista no Material de Apoio, sendo certo que as demonstrações financeiras anuais referentes a este exercício social abrangerá o período de janeiro de 2023 a março de 2024 e os índices financeiros calculados sobre esse período; e (ii) Autorização para que a Emissora e o Agente Fideiúctário, tomem todas as medidas necessárias para a implementação das matérias apresentadas nesta ordem do dia, incluindo a celebração dos aditamentos às expensas da Devedora. A Emissora devida registrado, para fins de esclarecimento, que a quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um (1) um dos CRI em Circulação Para Fins de Quórum e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, nos termos da cláusula 12.2.3, do Termo de Securitização. No que tange ao quórum de deliberação do item (i) da Ordem do Dia, serão tomadas, em primeira convocação ou qualquer convocação subsequente, por Titulares dos CRA representando no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum, nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização e o item (ii) por no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um (1) um dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum, em primeira convocação ou por no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um (1) um dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum presentes à Assembleia Geral de Titulares de CRA, desde que presentes à Assembleia. A realização de CRA em primeira convocação, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum, incluindo, em segunda convocação nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.inc e ao Agente Fideiúctário para af.assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, juntamente com os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fideiúctário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio de manifestação de voto a distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CRA. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela (CP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso; e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 60ª Emissão em Série Única da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivitiba, 207 - 16º andar, conjunto 162, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, ("Agente Fideiúctário"), e os representantes da Emissora a se reunirem, em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 31 de janeiro de 2024 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Emissão, celebrado em 18 de novembro de 2021, respectivamente aditado ("Termo de Securitização"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar ou não a alteração do período do exercício fiscal nos documentos da operação, que passará a iniciar em 1º de abril se encerrando em 31 de março do ano calendário seguinte, e não mais em 1º de janeiro encerrando em 31 de dezembro, com a consequente modificação das cláusulas 6.1.2, itens (xx) e (xxii) e 8.1, item (i), alínea (b), da Escritura de Emissão de Debêntures, celebrada em 18 de novembro de 2021, que passará a vigor nos termos da redação prevista no Material de Apoio, sendo certo que as demonstrações financeiras anuais referentes a este exercício social abrangerá o período de janeiro de 2023 a março de 2024 e os índices financeiros calculados sobre esse período; (ii) Aprovar ou não a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, com o consequente Resgate Antecipado dos CRA, conforme previsto na cláusula 6.1.2, item (i), da Escritura de Emissão de Debêntures e 7.3.2, do Termo de Securitização, pelo descumprimento de obrigação não pecuniária, em razão da falta de envio dos seguintes documentos: (a) aplicação de seguro globalizada de instalação da Assembleia; (b) cópia digitalizada de documento de identidade do procurador; e (c) cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (d) demais participantes: cópia digitalizada do contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, bem como o documento pessoal. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fideiúctário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fideiúctário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio de manifestação de voto a distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela (CP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso; e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 342/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo direito de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Banco Bradesco BBI S.A.

CNPJ nº 06.271.464/0001-19 - NIRE 35.300.335.791

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7.6.2023
480180 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 480181/23-4, em 18.12.2023. (a) Maria Cristina Fier - Secretária Geral.**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 115ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 115ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) e a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fideiúctário dos CRA ("Agente Fideiúctário") a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA que será realizada em 1º (primeira) convocação no dia 31 de janeiro de 2024, às 14hs, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo conferência online através da plataforma "Microsoft Teams", administrada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), e a Cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única, da 115ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização", assinado em 18 de maio de 2022, conforme aditado ("Emissão" e "Termo de Securitização", respectivamente para deliberar sobre: (i) Sustar ou não os efeitos do Evento de Inadimplemento Automático e, consequentemente, Vencimento Antecipado da CPR-Financeira e dos CRA, nos termos da cláusula 9.1, (i), (ii), da CPR-Financeira e da cláusula 7.2, (i) do Termo de Securitização, em razão do inadimplemento de obrigação pecuniária em razão do pagamento parcial da parcela da CPR-Financeira programada para 06/07/2023 e não pagamento da parcela da CPR-Financeira programada para 06/12/2023; (ii) Caso sustado os efeitos Evento de Inadimplemento Automático e, consequentemente, Vencimento Antecipado da CPR-Financeira e dos CRA, nos termos do item (i) acima da Ordem do Dia, aprovar providências a serem tomadas para a regularização das obrigações da Devedora; e (iii) autorização para que o Agente Fideiúctário, na qualidade de representante da comunidade dos Titulares dos CRA, em conjunto com a Emissora e a Devedora, pratique todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na presente assembleia. O texto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letras maiúsculas, exceto se o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA:** (i) **Instalação e Quórum:** A Assembleia instalará-se, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA, que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme previsto na Cláusula 12.8 do Termo de Securitização. As deliberações dependerão de aprovação de, no mínimo, 0% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, em qualquer convocação conforme previsto nas Cláusulas 12.10.1.2 do Termo de Securitização. (2) **Acesso à Utilização do Sistema Eletrônico:** A Assembleia será realizada através de plataforma digital "Microsoft Teams", que possibilitará a participação remota dos titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá enviar em até 2 (dois) dias antes de sua realização para os e-mails: juridico@virgo.inc, psc@vortex.com.br e agente.fideiucario@vortex.com.br; (ii) a confirmação de sua participação acompanhada dos CVM dos fundos dos Titulares dos CRA, conforme o caso, (iii) a seleção dos representantes que participam da Assembleia informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iv) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item "3" abaixo. (3) **Depósito Prévio de Documentos:** Observado o disposto na Resolução CVM 60 e de acordo com o item "2" anterior, os Titulares dos CRA deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fideiúctário, para os e-mails: juridico@virgo.inc, psc@vortex.com.br e agente.fideiucario@vortex.com.br, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; (c) se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e (d) quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, outorgada a menos de 1 (um) ano, obedecidas as condições legais. Não será adotada instrução de voto na Assembleia. São Paulo, 11 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(atual denominação social da Cibraes: Companhia Brasileira de Distribuição)

CNPJ nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35.300.151.402

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 303ª Série da 2ª Emissão da VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação social da Cibraes - Companhia Brasileira de Securitização S.A.) com sede na Rua Gerivitiba, 207 - 16º andar, conjunto 162, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, ("Agente Fideiúctário"), e os representantes da Emissora a se reunirem, em **segunda convocação**, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em 29 de janeiro de 2024 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão, celebrado em 18 de março de 2022, respectivamente aditado ("Termo de Securitização", a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar ou não a nenhuma penalidade seja adotada no âmbito da Emissão em razão da insobrecumprimento do prazo previsto na cláusula 11.1.1, do Termo de Securitização, celebrado em 18 de outubro de 2018, para apresentação tempestiva, pela Agência de Rating, da classificação de risco dos CRI atualizada de forma trimestral, referente aos meses de setembro de 2022 (3º trimestre - 2022), dezembro de 2022 (4º trimestre - 2022) e março de 2023 (1º trimestre - 2023), bem como aprovar a dispensa da apresentação dos referidos relatórios, sendo que, a Securitizadora já recebeu o relatório em agosto de 2023 referente ao 2º trimestre - 2023, e os próximos serão elaborados em cada fim de trimestre civil, conforme disposto na cláusula supracitada; e (ii) Autorização para que a Emissora em conjunto com o Agente Fideiúctário, tomem todas as medidas necessárias para formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das matérias aprovadas nesta ordem do dia, incluindo a celebração dos aditamentos às expensas do Patrimônio Separado. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora devida registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRA que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 14.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, conforme cláusula 14.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.inc e ao Agente Fideiúctário para af.assembleias@pentagonotrusted.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, juntamente com os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fideiúctário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto a distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela (CP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso; e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 09 de janeiro de 2024. **VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 96ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 96ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivitiba, 207 - 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** ("Agente Fideiúctário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral dos Titulares dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada em 30 de janeiro de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: (i) **Não declarar** o Vencimento Antecipado Não Automático da CPR-F, consequentemente dos CRA, nos termos do previsto na cláusula 8.3, item "v") da Cédula de Produto Rural Financeira ("CPR-F"), em razão da constatação do não atendimento do Valor Mínimo de Cobertura, conforme apurado na última Data de Verificação, qual seja, 30 de novembro de 2023; (ii) Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos do item (i) da Ordem do Dia, autorizar a concessão de prazo adicional para a formalização do Evento de Reforço de Garantia, nos moldes do previsto nas cláusulas 5.2 e seguintes do Contrato de Cessão Fiduciária, que deverá ser feito, pelo Cedente Fiduciante, até a data de 09 de fevereiro de 2024 ("Prazo de Reconhecimento"), ficando desde já autorizada que, caso aprovado o item (iii) abaixo da Ordem do Dia, o Reforço de Garantia seja realizado em consonância com alterações a serem aprovadas no item supracitado. Cabe ressaltar que, se o item (iii) abaixo da Ordem do Dia não for aprovado, o Cedente Fiduciante deverá realizar a recomposição do Valor Mínimo de Cobertura, conforme o Evento de Reforço de Garantia estabelecido na Cláusula 5.2 e seguintes do Contrato de Cessão Fiduciária; (iii) Autorizar a formalização do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado até 09 de fevereiro de 2024, pelo Cedente Fiduciante e a Emissora, a fim de alterar as cláusulas 3.1, item (ii), 5.2.2, termos definidos "Conta Vinculada em Garantia" e "Contrato de Produção", constante no Anexo I, a fim de incluir a possibilidade de inclusão de direitos creditórios oriundos de contratos de produção de soja, tomate e algodão; e o Anexo VI do Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de incluir nos Contrapartes Elegíveis; sendo certo que as referidas cláusulas e anexos alterados passarão a vigor nos moldes do Anexo II do material de apoio, conforme disponibilizado no website da Emissora (www.virgo.inc) ("Material de Apoio"); (iv) Autorizar a formalização da "Segunda Aditamento ao Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 96ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por Pedro Roberto Merola", a ser celebrado até 09 de fevereiro de 2024 entre a Securitizadora e o Agente Fideiúctário e (v) do "Primeiro Aditamento à Cédula de Produto Rural Financeira nº 01/2022", a ser celebrada até 09 de fevereiro de 2024 entre Pedro Roberto Merola, Securitizadora e Santa Lucia Agropecuária LTDA., todos qualificados na CPR-F. Serão alterados os seguintes termos definidos previstos na Cláusula 1 do Termo de Securitização: "Conta Vinculada em Garantia" e "Contrato de Produção"; enquanto que na CPR-F será alterado o seguinte termo definido previsto na Cláusula 1 da CPR-F: "Contrato de Produção"; sendo certo que os respectivos instrumentos alterados passarão a vigor nos moldes dos Anexos III e IV do Material de Apoio, respectivamente; (v) Autorizar a Devedora, o Agente Fideiúctário e a Emissora a praticarem todo e qualquer ato, celebração ou prática necessária para a realização da Assembleia, incluindo a contratação de assessoria legal, com poderes específicos para a realização da Assembleia, inclusive a contratação de assessoria legal, para fins de esclarecimento, que a Assembleia Geral dos Titulares dos CRA instalará-se, em primeira convocação, com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em circulação; e em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 12.8 do Termo de Securitização. As deliberações previstas na Ordem do Dia poderão ser aprovadas pelos seguintes quóruns: (a) **Item (i) da Ordem do Dia**, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação, em primeira ou segunda convocação, conforme previsto na Cláusula 7.2.6 do Termo de Securitização; (b) **Item (ii), (iii) e (iv) da Ordem do Dia** pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação; em primeira ou segunda convocação, conforme previsto na Cláusula 12.14.2 do Termo de Securitização; e (c) **Item (iii) da Ordem do Dia** pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação, em primeira ou segunda convocação, conforme previsto na Cláusula, se for o caso, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 09 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ nº 10.960.725/0001-85 - NIRE 35.3.0037006-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76

Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de novembro de 2023, às 17h30, na sede social da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.711, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 601, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do Art. 124, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das SAs"). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se constata através do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rui Chammas; Secretária: Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti. **Ordem do Dia e Deliberação: Distribuição de Dividendos.** Os acionistas presentes resolveram, sem ressalvas e por unanimidade, distribuir a título de dividendos o montante de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), proveniente do saldo da conta de Reservas de Lucros Retidos em 31 de dezembro de 2022, a serem pagos até o final do exercício de 2023. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa, pelos acionistas presentes, CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (P), Rui Chammas e Carissa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas.

Governo quer serviço público com a cara do Brasil

Goiás e Minas Gerais lideram resgates de trabalhadores escravizados

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou, durante todo o ano passado, 3.190 trabalhadores em situação de trabalho análogo à escravidão no Brasil. Segundo o balanço de 2023, divulgado na quarta-feira (10) pelo MTE, foram fiscalizados 598 estabelecimentos urbanos e rurais, o que possibilitou o pagamento de R\$ 12,8 milhões em verbas salariais e rescisórias aos trabalhadores resgatados após atuação dos auditores federais.

A pasta destacou que o resultado representa o maior número de resgates em 14 anos. De acordo com o balanço, entre os estados, os maiores resgates ocorreram nos estados de Goiás (739), Minas Gerais (651) e São Paulo (392). Minas Gerais foi o estado com mais ações realizadas – 117 fiscalizações.

O cultivo de café foi o setor com o maior número de resgatados, totalizando 302 trabalhadores escravizados, ficando à frente do setor da cana-de-açúcar, com 258 resgates, que liderava os dados até meados do ano passado.

A Região Sudeste registrou

o maior número de ações e resgates, com 225 estabelecimentos fiscalizados e 1.153 trabalhadores resgatados, seguido do Centro-Oeste, com 114 fiscalizações e 820 resgates. O Nordeste aparece em seguida, com 552 trabalhadores resgatados e 105 ações realizadas. No Sul, foram 84 ações e 497 resgates. No Norte, 168 resgatados e 70 ações realizadas pelo MTE.

Com esses dados, subiu para 63,4 mil o número de trabalhadores flagrados em situação análoga à escravidão desde que foram criados os grupos de fiscalização móvel, em 1995.

A fiscalização é coordenada pelo MTE, por meio do Grupo Móvel, em parceria com outros órgãos ao longo dos anos, como as polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF), entre outras instituições.

O combate ao trabalho análogo à escravidão conta com a possibilidade de denúncias feitas de forma remota e sigilosa no Sistema Ipê. (Agência Brasil)

A ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, disse em entrevista coletiva na quarta-feira (10) que a descentralização do Concurso Público Nacional Unificado tem como objetivo trazer mais diversidade ao serviço público, ao atingir candidatos sem condição de viajar para Brasília para fazerem as provas.

“Queremos o serviço público com a cara do Brasil. Já temos uma diversidade regional em Brasília, mas pode ser ampliada. Muitas vezes as pessoas precisam se deslocar para Brasília ou na melhor das hipóteses ir para as capitais.”

Apelidada de Enem dos Concursos, a seleção terá provas simultâneas em 220 cidades de todo o país no dia 5 de maio. Pela manhã, ocorrerá a prova objetiva (de marcação de respostas) de conhecimento geral e a prova dissertativa (escrita), com conhecimentos específicos. À tarde, ocorrerá a prova objetiva de conhecimentos específicos.

A previsão é de que o edital do certame seja publicado logo. Ao todo, serão 6.640 vagas divididas em 21 órgãos federais. As inscrições começam em 19 de janeiro e vão até 6 de fevereiro.

Embora a banca responsável

pelo concurso seja a Fundação Cesgranrio, as inscrições ocorrerão no Portal Gov.br. Para se inscrever, será necessário ter conta no portal de qualquer nível (ouro, prata ou bronze). A taxa de inscrição custará R\$ 60 para nível médio e R\$ 90 para nível superior.

A taxa de inscrição dará direito aos candidatos de disputar várias vagas em diferentes órgãos federais, desde que dentro do mesmo bloco temático. Poderão pedir isenção da taxa inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), doadores de medula óssea e bolsista ou ex-

bolsista do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, o concurso deverá atrair de 2 milhões a 3 milhões de candidatos. Das 6.640 vagas previstas, 5.948 são para nível superior (graduação) e 692 são de nível médio. Os salários variam de R\$ 3,7 mil a R\$ 23 mil. A divulgação final dos resultados ocorrerá em 30 de julho, com o início da convocação para a posse e para os cursos de formação em 5 de agosto. (Agência Brasil)

Superaquecimento deve começar a perder força em fevereiro

O aquecimento das águas do Pacífico Equatorial acima da média, provocado pelo fenômeno El Niño, já teve seu pico máximo, e deverá ter outro neste mês de janeiro. Mas a partir de fevereiro, vai começar a diminuir de intensidade. A previsão é da meteorologista Andrea Ramos, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

“O que os modelos estão indicando é que o El Niño começa a perder a força a partir de fevereiro. Isso não significa que ele não atue, porque ele influencia, sim, todo o ciclo, seja no campo de chuva, de pressão, de vento. Mas já perde a força. Isso já é confirmado. A previsão é que ele termine no outono de 2024 e a gente inicie uma fase de neutralidade”, explicou Andrea.

A fase neutra é quando não se tem nenhum evento do El Niño

nem do La Niña, e são mantidas as condições comuns às estações. Primavera e verão são as estações quentes e que provocam mais chuvas.

“Quando a gente sai dessas estações, vai para o outono e, depois, para o inverno. O outono é uma fase de transição. A gente ainda vai ter, no primeiro mês, temperaturas elevadas, mas já segue para um período mais frio”, disse a meteorologista.

A perspectiva é que, em setembro, já se tenha o La Niña, de acordo com a previsão Clima Noah. Andrea Ramos esclareceu que o La Niña é um sinal inverso ao El Niño. “Enquanto o El Niño é calor, o La Niña é frio. Ele diminui as chuvas na Região Sul e aumenta na Região Norte”.

O El Niño tornou o ano de 2023 o mais quente já registrado

em 174 anos de medições da Organização Meteorológica Mundial (OMM). No Brasil não foi diferente, lembrou a meteorologista. Mesmo assim, o fenômeno não foi um super El Niño, como o mais recente, registrado em 2015/2016, quando o índice do último trimestre atingiu 2,6. Em 2023, no mesmo período, o índice foi 1,9.

Para este ano, o indicativo de previsão climática, é que neste verão, nos meses de janeiro, fevereiro e março, as temperaturas vão ficar acima da média. “Isso a previsão climática já está indicando. Mas, a partir de abril e maio, vai ter tendência de diminuir”, disse Andrea Ramos.

A meteorologista destacou que o El Niño não é o único fator que influencia na condição de tempo, e até na geração de

ondas de calor. O Atlântico também está aquecido e isso intensificou a questão de ondas de calor em 2023, explicou. A especialista lembrou que o El Niño aquece o Pacífico e também o Atlântico. “E, com isso, a gente tem todo esse padrão”.

Andrea Ramos prevê que, para o verão, o que se tem é que as temperaturas vão ficar acima da média, com possibilidade de ondas de calor. “Só que, para ter ondas de calor, as temperaturas têm que ficar acima de 5° C em relação à temperatura máxima”.

Ela disse ainda que todo o monitoramento tem de ser feito mais próximo, porque são escalas diferentes – previsão do tempo e previsão do clima. Alertou, no entanto, que a previsão do tempo é de chuvas até o final deste mês. (Agência Brasil)

Campanha da Justiça Federal alerta para golpes no saque de precatórios

A Justiça Federal lançou nesta semana uma campanha de prevenção a golpes relacionados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), após o governo federal quitar cerca de R\$ 94 bilhões em dívidas judiciais.

Precatórios são dívidas do poder público reconhecidas em definitivo pela Justiça, sem que haja mais possibilidade de recursos.

No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário, por fora do orçamento da União, para pagar precatórios atrasados desde 2021.

Os pagamentos são operados pelos seis tribunais regionais federais do país, que começaram a transferir os valores já neste mês. Entre os valores pagos, estão R\$ 27,7 bilhões em causas ganhas por aposentados e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Com a divulgação sobre a liberação dos valores para milhões de pessoas, aumenta a atividade de aproveitadores, que buscam enganar os beneficiários, razão pela qual o Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou uma cartilha para esclarecer como funcionam os pagamentos.

O material alerta que não há nada a se fazer para apressar o pagamento de um precatório e que quem tem valores a receber deve evitar o contato de terceiros sobre o assunto. O ideal é sempre procurar o advogado da causa em busca de qualquer esclarecimento.

Outro alerta é que não é necessário nenhum pagamento prévio para receber um precatório. Caso receba pedidos de adiantamento de quantias, o beneficiário deve novamente

procurar orientação do advogado.

A cartilha orienta que a única maneira de saber se um precatório já foi liberado é consultando o andamento do processo que gerou o pagamento. Para isso, é preciso ter informações como o número processual, número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou nome completo da pessoa que faz parte da ação. Os tribunais federais disponibilizam meios eletrônicos para a consulta.

Nenhum valor é depositado em conta pessoal. Primeiro, as quantias a receber são transferidas para uma conta judicial aberta na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Em seguida, o beneficiário pode comparecer à agência bancária para realizar o saque, munido dos documentos pessoais.

Também é possível receber por meio de transferência eletrônica (TED), em que o dinheiro sai da conta judicial indicada e vai para uma conta indicada pelo advogado da parte titular do processo.

Segundo a Justiça Federal, há milhões de beneficiários no aguardo da liberação dos precatórios, razão pela qual os pagamentos são feitos com uma ordem de preferência determinada pela Constituição: pessoas com doenças graves, idosos com mais de 60 anos e pessoas com deficiência física, nessa ordem, recebem primeiro.

Caso descubra que um precatório já foi sacado sem autorização, o beneficiário deve procurar a agência bancária para saber o que ocorreu e acionar seu advogado para que tome providências.

A cartilha completa sobre o pagamento de precatórios, elaborada pela Justiça Federal, está disponível no site do CJF. (Agência Brasil)

A comunidade quilombola de Santa Fé, no município de Costa Marques, em Rondônia, teve 74 famílias incluídas no Plano Nacional de Reforma Agrária. A medida foi publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Diário Oficial da União, da quarta-feira (10).

Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade com ancestralidade na po-

pulação que resistiu ao sistema escravocrata existente no Brasil em fevereiro de 2007, Santa Fé só teve suas terras tituladas quase 10 anos depois, em dezembro de 2016, e os títulos só chegaram a ser entregues em agosto de 2017.

Localizada na margem direita do Rio Guaporé, na divisa do Brasil e da Bolívia, a comunidade teve início por volta de 1888, com a publicação da Lei Áurea. Após

serem libertos, grupos de escravizados em uma usina de Cáceres, em Mato Grosso, migraram até a região escolhida para estabelecerem suas tradições e suas formas de subsistência.

Ao longo dos anos, as famílias que ali resistiram enfrentaram uma série de conflitos por não possuírem a posse definitiva das terras. Foram expulsos por grileiros e sofreram invasões para es-

peculação fundiária, o que resultou na redução do território tradicionalmente ocupado.

Com a inclusão das famílias no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), os beneficiários passam a ter acesso às políticas públicas voltadas à posse e uso da terra, associadas ao desenvolvimento rural sustentável e à promoção social. (Agência Brasil)

Incra inclui quilombo no Plano Nacional de Reforma Agrária

Lula e premiê japônês conversam sobre acordo com Mercosul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou na quarta-feira (10) com o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida. No telefonema, os dois falaram sobre a possibilidade de um acordo comercial entre o Mercosul e o Japão e de temas da agenda bilateral para o fortalecimento da parceria estratégica e do comércio entre os dois países.

Em 2024, o Brasil preside o G20 – grupo das 20 maiores economias do mundo. De acordo com a Presidência, Lula e Kishida trataram sobre a cooperação entre Brasil e Japão em foros internaci-

onais multilaterais em prol da paz, da democracia e da superação da pobreza, temas prioritários do Brasil na presidência do G20.

“O presidente Lula agradeceu o convite que recebeu de Kishida no ano passado para participar [como convidado] da cúpula do G7 [grupo de sete das maiores economias do mundo], em Hiroshima, e manifestou vontade de que o Japão esteja envolvido em todas as instâncias de discussão do G20 este ano”, disse a Presidência, em comunicado.

“[Lula] realçou a necessida-

de de trazer o debate sobre as mudanças climáticas e energias renováveis para o centro das discussões do G20. Ressaltou que o Brasil irá lançar no G20 uma aliança global contra a fome e a pobreza e que a superação das desigualdades é fundamental para a defesa da democracia”, acrescenta.

Em 2025, Brasil e Japão completam 130 anos de relações diplomáticas.

Ainda segundo o Planalto, Lula expressou solidariedade ao povo japonês e em particular às vítimas dos terremotos do dia 1º

de janeiro. O tremor de magnitude 7,5, que atingiu a península de Noto, e as mais de 1,2 mil réplicas seguintes provocaram o desabamento de prédios e deram início a incêndios. Foram registradas 202 mortes até a terça-feira (9).

“Os dois líderes falaram também sobre a defesa da paz e da superação dos conflitos em andamento no mundo. Concordaram sobre a importância do fortalecimento das instâncias multilaterais para que guerras como a de Gaza e a da Ucrânia não venham a se repetir”, informou a Presidência. (Agência Brasil)

Com distribuição recorde, Paraná vai alcançar 10 milhões de mudas plantadas em 2024

O ano de 2023 deixou o Paraná mais verde. O Instituto Água e Terra (IAT) entregou 1.850.427 mudas de espécies nativas em todo o Estado, um incremento de 6% em relação a 2022 (1.741.868). Esse foi o maior volume de distribuição desde 2019, quando o programa Paraná Mais Verde foi implementado pelo Governo do Estado.

Nos últimos cinco anos, o projeto superou a marca de 9,3 milhões de plantas, o equivalente a 8,3 mil hectares – ou 8,3 mil campos de futebol de restauração florestal. A perspectiva, ao manter a média, é que o Paraná alcance 10 milhões de mudas distribuídas ainda neste semestre.

“Vários fatores contribuíram para essa demanda maior em 2023. Eles incluem o estabelecimento de parcerias com instituições como a ONG Mater Natura e a rede global Rotary, que aumentaram a nossa área de atuação, a grande quantidade de processos de licenciamento ambiental no Paraná ao longo do ano e uma fiscalização ambiental mais incisiva, que ajudou na identificação de crimes de desmatamento”, afirma o gerente de restauração ambiental do IAT, Mauro Scharnik.

Ele reforça que boa parte das autorizações ambientais ou penas por supressão vegetal emitidas pelo IAT incluem como

condicionante o replantio com plantas nativas do Estado, fornecidas em grande parte pelo instituto. “As mudas, em sua maioria, foram usadas para ajudar na regularização dos imóveis rurais, na restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reservas ilegais, no cumprimento de condicionantes de procedimentos de licenciamento ambiental, em ações de plantio urbano e também para o atendimento a infrações ambientais”, explica.

De acordo com levantamentos da diretoria de Patrimônio Natural do órgão ambiental, os núcleos regionais de Curitiba, Guaruva e Campo Mourão lideraram o ranking de distribuição,

respondendo por 30% do total de plantas. “Considerando a demanda crescente, antecipamos o cronograma. Acredito que até junho alcançaremos esse número de 10 milhões de mudas”, destaca.

O programa foi criado em 2019 e tem como objetivo despertar a consciência ambiental e aliar o desenvolvimento ambiental, econômico e social, por meio da produção e plantio de árvores nativas nas áreas urbanas e rurais. As mudas são plantadas em áreas que precisam ser recuperadas ou melhor arborizadas, bem como incentivar a população a cultivar árvores, seja em área urbana ou rural, para colaborar no equilíbrio do clima. (AENPR)